

Storto, Luciana; Franchetto, Bruna; Lima, Suzi (orgs.) (2014). *Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. Pp. 291. ISBN 978-85-7591-319-2.

Resenhado por: Antonio Almir Silva Gomes
(Núcleo de Estudos de Línguas Indígenas, UNIFAP/CNPq)

Três aspectos interessantes acerca do livro *Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas no Brasil* – organizado por Luciana Storto (USP), Bruna Franchetto (Museu Nacional / UFRJ) e Suzi Lima (UFRJ) – são mencionados para iniciar a resenha aqui apresentada. O primeiro refere-se à presença, em seu interior, de diferentes gerações de linguistas voltados aos estudos de Línguas Indígenas Brasileiras (LIBs). Tal aspecto se anuncia já com as organizadoras, em que se tem, de um lado, Storto e Franchetto com uma trajetória construída por décadas de dedicação à área e, de outro lado, Lima, com uma trajetória de estudos em línguas indígenas iniciada há pouco mais de uma década. Importa ressaltar sobre o fato o surgimento de novas gerações de linguistas brasileiros igualmente envolvidos com o trabalho relativo às línguas indígenas e sua relação com as gerações anteriores, fato que potencializa a área. Essa relação se mostra no interior do livro, por exemplo, nos artigos de Storto e Rocha; Facundes e Chagas; Maia, Oliveira e Santos. Tal renovação é importante, sobretudo, por ocorrer em uma área da pesquisa linguística que por décadas se ressentiu do número limitado (e localizado) de seus pesquisadores.

O segundo aspecto a mencionar refere-se ao tratamento do verbo de LIBs sob a perspectiva sintática, mas também semântica, algo que, de certo modo, constitui-se uma inovação importante no âmbito da linguística indígena brasileira, sobretudo num momento em que a linguística internacional assume cada vez mais o conceito de interface. É comum observarmos rotineiramente cada um destes aspectos da gramática tratados separadamente na maioria dos estudos produzidos/ou publicados nas universidades brasileiras.

Um terceiro aspecto do livro em questão diz respeito à diversidade de instituições de ensino superior representadas pelos autores que o compõem. Pela tradição construída ao longo de décadas, destacam-se nesse quesito a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e os museus Nacional e Paraense Emilio Goeldi (MPEG). Ao lado destas instituições, observa-se, todavia, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que só muito recentemente tem constituído uma equipe de pesquisadores voltados ao estudo de línguas indígenas, a Universidade Federal da Paraíba, bem como a presença da Universidade de Ottawa (Canadá).

Ao longo de suas 291 páginas encontram-se 10 artigos que tratam de estrutura argumental, de nominalização de argumentos internos e externos, de alternância causativa, de verbos seriais, de posposições, da importância da semântica para a compreensão da transitividade verbal.

Estrutura argumental na língua karitiana, de Luciana Storto (USP) e Ivan Rocha (PG-USP), constitui-se o primeiro capítulo do livro. Nele, os autores escrevem sobre “o estado atual do conhecimento sobre o tema estrutura argumental em Karitiana, uma língua ameríndia brasileira pertencente ao ramo Arikém da família Tupi”. O artigo apresenta, segundo seus autores, o resultado das últimas pesquisas “sobre a sintaxe e a semântica verbal da língua (Rocha 2011) e uma análise das suas classes verbais à luz da teoria de estrutura argumental proposta por Hale e Keyser (2002)”. Na seção intitulada “Um panorama da gramática”, Storto e Rocha apresentam Karitiana como uma língua núcleo-final, salientam a ordem variável das sentenças e indicam SVO (sentenças declarativas transitivas) e VS (declarativas intransitivas) como ordem *default* dos constituintes. Na seção “Os resultados de uma pesquisa inédita sobre a estrutura argumental Karitiana” os autores tratam dos processos possíveis de ocorrer com verbos intransitivos, transitivos e bitransitivos. Para os intransitivos, por exemplo, afirmam que estes “podem ser causativizados através da prefixação do morfema *m-* que adiciona um argumento externo...”. Para os transitivos e bitransitivos, Storto e Rocha utilizam testes de passivização e causativização. Após análise de cada um dos processos, os autores aplicam à estrutura resultante a teoria de Hale e Keyser (2002).

Mara Santos e Bruna Franchetto escrevem o segundo capítulo do livro. Nesse, intitulado *Nominalização dos argumentos interno e externo em Kuikuro*, as autoras, baseadas nos pressupostos teóricos da morfologia distribuída, descrevem “as estruturas internas das nominalizações de argumento interno e externo, identificando os morfemas lexicais e funcionais envolvidos...”. Dividem o mesmo capítulo em três seções, tendo a primeira escopo na apresentação de “Aspectos relevantes da gramática kuikuro”, a segunda no processo de “Nominalização de argumento externo” e a terceira nos “...prefixos de pessoa nas nominalizações de argumento externo e de argumento interno”. Na primeira seção, as autoras apresentam a língua kuikuro como “altamente aglutinante e de núcleo final”, com “características de uma língua ergativa (Franchetto 1986, 2010)”. As estruturas de nominalização são definidas morfológicamente, de modo a distinguir argumento interno (S/O) e argumento externo (A). Ainda nesta seção, Santos e Franchetto mostram processos relativos à nominalização de argumento interno. Argumentos adicionais para a análise são dados tomando-se como suporte verbos intransitivos e transitivos, detransitivizados e transitivizados. Ao final da primeira seção, as autoras concluem que “todas as construções de nominalização de argumento interno...têm em comum o traço de estatividade que vem da base dessas nominalizações...”. Na segunda seção do artigo, argumentam em favor de que “A estrutura de nominalização de argumento externo, ou agentiva, envolve radicais verbais sem flexão ou flexionados no Aspecto Continuativo...”. Tal argumento é construído levando-se em consideração as classes morfológicas da língua. Na terceira seção do artigo, Santos e Franchetto fazem referência aos prefixos *{t-}* e *{k-}*.

A estrutura argumental dos verbos da língua yudja (Juruna): formação dos verbos e os processos de atribuição e mudança de valência, de autoria de Suzi Lima, apresenta “uma discussão acerca da estrutura argumental dos verbos da língua Yudja considerando a formação destes verbos, suas propriedades e restrições, assim como seu comportamento sintático”. Assim como fizeram Storto e Rocha no primeiro capítulo, a teoria de Hale e Keyser (2002) é utilizada para delimitar a estrutura argumental dos verbos. A partir de ilustração acerca da estrutura da raiz verbal (pré-atribuição de valência), Lima apresenta

uma série de tabelas representativas das classes verbais da língua yudja; para o caso dos verbalizadores toma, inclusive, dados de outras línguas naturais como Xipaya (Tupi), Tohono O’odham (Papago), Miskitu e Navajo. A sequência do artigo trata de justificar as estruturas verbais. Assim, a autora apresenta uma estrutura monádica, sem a projeção de um especificador interno: Verbo inergativo; uma derivação sintática para verbos inacusativos; uma derivação sintática para verbos transitivos. Na última seção do capítulo, a autora discute em “Formação de transitivos complexos” processos de causativização. Novamente, estruturas sintáticas baseadas no modelo de Hale e Keyser (2002) são utilizadas. Interessante notar, ainda, a maneira como a autora faz suas considerações finais: a partir de respostas às seguintes perguntas: 1. Qual a natureza das raízes formadores dos verbos? 2. Qual a função dos verbalizadores que se unem à parte lexical das raízes? 3. Como é o processo de formação estrutural dos verbos da língua yudja? 4. Quais consequências a formação dos verbos acarretam para a sintaxe desta língua?

Sidi Facundes e Angela Chagas escrevem o quarto capítulo do livro. Em *Verbos e estrutura argumental em Apurinã (Aruák)*, os autores assumem que os verbos nesta língua “podem ser divididos em classes tradicionais correspondendo a intransitivos e transitivos, mas quando analisados em maior profundidade revelam subclassificações que fogem aos padrões canônicos associados à marcação dos seus argumentos”. Tais subclassificações, segundo os autores, “estão fortemente relacionadas à semântica aspectual desses verbos”. Eis porque tratam de cisões envolvendo determinados tipos verbais. Para argumentar em favor da análise, Facundes e Chagas apresentam as seguintes seções: A categoria dos verbos; classes de verbos: similaridade e distinções; transitividade verbal (Verbos intransitivos, verbos transitivos).

Quatro partes constituem o capítulo *Estrutura argumental em duas línguas da família Tukano Oriental: Kotiria (Wanano) e Wa’ikhana (Piratapuyo)*, de Kristine Stenzel. A primeira parte, nas palavras da autora, “...mostra o padrão nominativo-acusativo das línguas TO...e descreve a estrutura argumental das línguas Kotiria e Wa’ikhana...”. A segunda parte trata dos “vários tipos de constituintes marcados pelo morfema multifuncional – *de/re*”. A terceira parte argumenta em favor da existência de um “sistema de marcação diferencial (DOM)”, para o caso de objetos, e sua interação com critérios sintáticos, semânticos e de ordem de constituintes. Finalmente, na quarta parte, Stenzel desenvolve hipóteses diacrônicas internas aos sistemas analisados, bem como comparativas a sistemas de “outras línguas faladas na mesma região geográfica...”. Nesta parte, dentre outros, a autora argumenta em favor de que “não há como afirmar categoricamente que o origem dos sistemas DOM em todas as línguas da região é o contato com línguas TO”.

O capítulo *Estrutura argumental e alinhamento gramatical em Mekens*, de Ana Vilacy Galucio, assim como o de Stenzel, constitui-se de quatro partes, nas quais apresenta, respectivamente, “Um breve resumo dos traços tipológicos da língua mekens”, as “classes de verbos e sua estrutura argumental e sintática”, os “padrões de alinhamento gramatical”, e um “resumo dos principais pontos abordados”. Na primeira parte, intitulada Síntese dos traços tipológicos, a autora apresenta a língua mekens como SOV. Na sequência, trata de marcação de argumentos e de estratégias de codificação das relações gramaticais. A segunda parte: Estrutura argumental e sintática dos verbos em Mekens, é destinada aos processos morfossintáticos envolvidos nas “três classes de verbos lexicais em Mekens: intransitivos, transitivos e não flexionáveis”.

A terceira parte ilustra os “Padrões de alinhamento gramatical” assim distribuídos: Alinhamento ergativo-absolutivo com verbos lexicais; alinhamento nominativo com verbos auxiliares; padrão de alinhamento sintático: nominativo; controle de referência por oposição de prefixos pessoais. Na última parte do capítulo, como já mencionado, encontra-se um resumo da análise apresentada. A autora destaca, por exemplo, a classe dos verbos não flexionáveis; a ocorrência de um padrão absolutivo no nível morfológico e de um padrão nominativo no nível sintático; o controle de referência em orações complexas a partir da “omissão de sujeitos idênticos, no caso de verbos transitivos e não flexionáveis”, de omissão (opcional) ou marcação obrigatória, respectivamente, para casos de sujeitos correferenciais e distintos em orações com verbos transitivos; “distinção entre duas formas de prefixo pessoal de terceira pessoa com verbos intransitivos e auxiliares para codificar o sistema de controle de referência em orações complexas”.

Marcus Maia, Rosana Costa Oliveira e Sabrina Lopes dos Santos escrevem o sétimo capítulo do livro. Do ponto de vista metodológico, *Este título leria mais claramente em Karajá do que em Xavante ou em Português: Um estudo comparativo sobre o processamento da alternância causativa* distingue-se dos demais capítulos por apresentar resultados de um estudo experimental de base psicolinguística. Em termos mais precisos, discute o resultado de “três experimentos psicolinguísticos de julgamento imediato de aceitabilidade de estruturas incoativas e transitivas, em pares de alternância causativa, realizados pelos autores com falantes nativos de português e das línguas indígenas brasileiras Karajá e Xavante...”. Segundo os autores, o propósito do artigo é contribuir para discussões teóricas construídas a partir dos trabalhos de Hale e Keyser (1993), Harley (1995) e Marantz (1997) envolvendo a projeção de argumentos em I^0 ou em v^0 ¹. Os experimentos mostraram, segundo os autores, semelhanças entre Inglês, Xavante e Português no que diz respeito às construções incoativas, que “apresentam maior índice de rejeição do que as transitivas animadas e inanimadas”. Esses resultados encontrados, no entanto, não se aplicam ao Karajá, onde se identificaram outros. A hipótese dos autores para a diferença entre os dois grupos de línguas assenta-se na codificação morfológica da alternância causativa distinta para cada um dos mesmos grupos.

¹ Os autores utilizam a notação I^0 e v^0 em referência a Hale e Keyser (1993), que propõem a existência de dois núcleos na estrutura sintática de verbos transitivos, sendo o primeiro (I^0) relacionado aos argumentos internos e o segundo (v^0) ao argumento externo. O embasamento gerativista deste artigo me faz lembrar de uma “nota” que fiz na ocasião da resenha da revista *Linguística* (2008, v. 4, n. 02) da UFRJ que eu publiquei aqui mesmo na LIAMES (n. 10, 2010). Na ocasião, eu destacava positivamente a presença naquela revista de trabalhos produzidos com referencial gerativista e com referencial funcionalista. Aqui, reitero o caráter salutar de obras com esta característica e aponto para a necessidade da ampliação de trabalhos gerativistas aplicados às LIBs. Concepção semelhante é encontrada no último artigo do livro, em que Negrão e Viotti apontam para a necessidade de maior interação entre trabalhos de natureza mais “descritiva” e de natureza mais “teórica”. É consenso entre linguistas a riqueza que tais línguas oferecem, o que pode significar ganhos enormes para discussões teóricas desta abordagem. Quem sabe os vários “autores gerativistas” presentes no livro aqui resenhado tomam para si essa responsabilidade!

Filomena Sândalo inicia o oitavo capítulo – *Verbos seriais em Kadiwéw* – destacando o não consenso entre linguistas quanto à definição de construções de verbos seriais e assumindo, baseada em testes sintáticos, oposição ao trabalho de Griffiths (1981), que tratou CVSs em Kadiwéu como casos envolvendo preposições. A autora considera no artigo dois tipos de construções com verbos seriais (CVSs): (i) aquelas com “propriedades mono-sentenciais” e (ii) aquelas com “propriedades bi-sentenciais”. Antes, no entanto, de apresentar as evidências para sua análise, Sândalo resenha, ainda na introdução do artigo, um “panorama geral da sintaxe desta língua”, o que nos leva conceber o Kadiwéu como uma língua de característica polissintética. A autora trata da relação dos verbos transitivos com reflexivização e antipassivização; de morfemas aplicativos; sistema de voz inversa relacionado à hierarquia de pessoa; sentenças copulares e existenciais; construções de controle; relativizador e coordenação. A seção que justifica o título do artigo, ao tratar das “Propriedades bi-sentenciais”, traz exatamente os testes sintáticos – modificação verbal e relativização – utilizados para considerar os casos estudados como CVSs e não como preposições, como propôs Griffiths (op. cit). Ao tratar das “Propriedades mono-sentenciais”, a autora apresenta testes sintáticos – inversão, uso de conjunção, relativização, independência de sujeitos e objetos, emprego de tempo – relacionados à contextos de coordenação e de subordinação. Ao final do artigo, tem-se, dentre outras conclusões, a negação à existência de preposições e o comportamento semelhante a outras línguas naturais das CVSs do Kadiwéu.

O penúltimo artigo, de autoria de Andrés Pablo Salanova, inicia com um panorama das adposições e suas relações semântico/sintagmáticas desde as mais simples, tais como eventos e entidades, até as menos simples, tais como argumento/complemento da adposição recebendo “de forma indireta, o papel temático que a forma ativa do verbo atribuiria ao seu sujeito”, ou, como no caso do Espanhol, mencionado por Salanova, além da adposição, também de um clítico. Após essa introdução, o autor indica que em Mëbengokre, língua da qual se origina *As posposições e a estrutura dos eventos*, assim como em espanhol, “não há morfologia aberta de aumento de valência”. Ainda segundo o autor, “certas adposições estão relacionadas a componentes morfológicamente encobertos da estrutura eventiva do verbo. Utilizando-se de mais evidências, argumenta em favor da insuficiência na “relação entre o sentido da adposição e um aspecto da semântica eventiva do verbo”. Nesse caso, o autor, a fim de entender o processo, aponta para a necessidade de uma análise que leve em consideração uma interface sintático-morfológica. A discussão seguinte do artigo perpassa pelo “uso da posposição *o* do Mëbengokre na alternância causativa.”, o que culmina na seção intitulada “Uma análise”, na qual Salanova, Baseado em “Baker et al. (1989) para as construções passivas do inglês”, representa os processos sintáticos inerentes a tal posposição. Antes de suas conclusões, o autor apresenta ainda duas outras seções intituladas, respectivamente, “Causação externa e causação interna” e “Assuntos restantes”. Em ambas, *o* é novamente ponto de análise.

Esmeralda Vailati Negrão e Evani Vioti finalizam o livro com artigo intitulado *A investigação da estrutura argumental: por uma confluência dos instrumentais analíticos*. Na introdução do artigo, apontam, dentre outros fatores, para o pouco diálogo entre diferentes abordagens teórico/descriptivas voltadas para o trabalho com as línguas indígenas no Brasil. Segundo as autoras, “Se a descrição minuciosa por vezes se ressentida da falta do olhar mais focado, formatado pela teoria, a análise engajada

numa determinada vertente teórica às vezes obscurece o entendimento de fenômenos mais gerais da gramática das línguas humanas. O desafio está em encontrar o ponto de equilíbrio entre essas duas perspectivas.” Para além da introdução, o artigo apresenta três seções distintas, a saber: (i) A noção de transitividade, onde os autores argumentam em favor de que transitividade está diretamente relacionada à concepção semântica, é gradiente, é atributo da sentença e não unicamente do verbo, envolve transferência de energia entre participantes de uma eventualidade; (ii) A marcação dos graus de transitividade, ocasião em que discutem distintas estratégias referentes à maneira como as línguas se apropriam da relação transitividade e semântica; (iii) A importância da distinção dos dois sistemas linguísticos, que aponta para avanços – a partir de pesquisas de línguas indígenas – no conhecimento que se tem do comportamento linguístico das línguas naturais, tomando-se como exemplo, sistemas de marcação de caso nominativo-acusativo, ergativo-absolutivo e antipassivas.

Ao encerrar esta resenha, eu gostaria de retomar a informação posta ao iniciá-la que ressalta, dentre três aspectos interessantes do livro, a presença de diferentes gerações de linguistas voltados aos estudos de Línguas Indígenas Brasileiras (LIBs). Assim o faço para evidenciar resultados interessantes provenientes desta nova geração. Afim de não ser exaustivo, menciono, por exemplo, a criação de novos núcleos de estudos em línguas indígenas, com destaque para o **Núcleo de Estudos de Línguas Indígenas** da Universidade Federal do Amapá (NELI-UNIFAP/CNPq), composto por uma equipe de oito jovens linguistas dedicados a área, dentre eles seus coordenadores Antonio Almir Silva Gomes e Gelsama Mara Ferreira dos Santos; o **Grupo de Documentação e Descrição de Línguas Indígenas (DODELIN-UFPA/CNPq)**, coordenado por Angela Fabiola Alves Chagas, contando ainda com a participação de Ana Paula Brandão; o **Núcleo de Estudos sobre Sentenças Complexas em Línguas Indígenas (NESCLI-UFRJ/CNPq)**, coordenado por Suzi Lima e Andrew Nevins. Em consonância com as gerações anteriores de linguistas, formadores, indubitavelmente, da maioria desta geração, acredito, o trabalho desta nova geração não apenas amplia a possibilidade de trabalhos dos mais variados na Linguística Indígena Brasileira, mas, de certo modo projeta a área para as próximas décadas. Que sejam frutíferas!

Referências

- Baker, Mark; Johnson, Kyle; Roberts, Ian (1989). Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry* 20: 219-297.
- Franchetto, Bruna (1986). Falar Kuikúro. *Estudo etnolinguístico de um grupo karibe do Alto Xingu*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ (Tese de doutorado em Antropologia Social).
- Franchetto, Bruna (2010). The ergativity effect in Kuikuro (Southern Carib, Brasil). In F. Queixalós (org.). *Ergatividade na Amazônia I*, pp. 15-44. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas (UnB).
- Griffiths, Glyn (1981). *Wh-movement in Kadiwêu*. United Kingdom: Reading University (Ph.D. dissertation).
- Hale, Kenneth; Keyser, Jay (1993). On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Kenneth Hale; Samuel Jay Keyser (eds.). *The view from Building 20*, pp. 53-109. Cambridge: MIT Press.

Hale, Kenneth; Keyser, Jay (2002). *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, MA: Linguistics Inquiry Monograph 39, MIT Press.

Harley, Heidi (1995). *Subjects, events and licensing*. Boston: MIT (Ph.D dissertation).

Marantz, Alec (1997). No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Pennsylvania Working Papers in Linguistics* 4(2): 201-225. Disponível em: <http://repository.upenn.edu/pwpl/vol4/iss2/14>

Rocha, Ivam (2011). A estrutura argumental da língua Karitiana: Desafios descritivos e teóricos. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado em linguística).

Recebido: 19/2/2016

Versão revista e corrigida: 28/2/2016.

Aceito: 1/3/2016